



JORNAL da REPÚBLICA

§ 0. 75

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despacho nº. 29/2009/MF	1226
Despacho nº. 30/2009/MF	1226
Despacho nº. 31/2009/MF	1227
Despacho nº. 33/2009/MF	1227
Despacho nº. 34/2009/MF	1227
Despacho nº. 36/2009/MF	1228
Despacho nº. 38/2009/MF	1228
Despacho nº. 39/2009/MF	1228
Despacho nº. 40/2009/MF	1229

DESPACHO N.º 41/ GAB/MF/2009

Nomeação do Director Nacional Interino das Alfandegas 1229

DESPACHO 42/GAB/MF/2009

Nomeação do Júri do Concurso Interno para recrutamento de Técnicos Profissionais Grau C, e para a selecção de Chefes de Departamentos para o Ministério das Finanças 1229

MINISTÉRIO DAS INFRA-ESTRUTURAS :

Despacho nº. 040 /2009/MI	1230
Despacho nº. 041 /2009/MI	1230
Despacho nº. 042 /2009/MI	1230
Despacho nº. 043 /2009/MI	1231
Despacho nº. 044 /2009/MI	1231
Despacho nº. 045 /2009/MI	1231
Despacho nº. 046 /2009/MI	1232
Despacho nº. 047 /2009/MI	1232
Despacho nº. 048 /2009/MI	1232
Despacho nº. 049 /2009/MI	1233
Despacho nº. 050 /2009/MI	1233
Despacho nº. 051 /2009/MI	1233
Despacho nº. 052 /2009/MI	1234

MINISTÉRIO DA SAÚDE :

DESPACHO N.º.86/2009/IVGC/MS

Nomeação dos Membros do Conselho de Administração do Laboratório Nacional de Saúde 1234

Despacho N.º 88/2009/IVGC/MS

Revisão do Despacho N.º85/2009/IVGC/MS, de 10 de Março de 2009, sobre a delegação de competências à Vice-Ministra da Saúde 1234

Despacho N.º 89/2009/IVGC/MS

Delegação de competências ao Director-Geral do Ministério da Saúde para aprovação de formulários de compromisso e pagamento (CPVs) 1235

Despacho N.º 90/2009/IVGC/MS

Comissão ad hoc para a selecção de candidatos para bolsas de estudos 1235

DESPACHO N.º.91/2009/IVGC/MS

Nomeação do Membro do Conselho de Administração do Hospital de Referência de Maubisse 1236

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO :

ORDEM DE SERVIÇO No. 07 /MAEOT/2009 1236

ORDEM DE SERVIÇO No. 08 /MAEOT/2009 1236

Despacho no. 29/2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/ 2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo selectivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR, CÂNCIO DE JESUS OLIVEIRA Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 1 ano, exercer em comissão de serviço o cargo de Director-Geral de Receitas e Alfandegas do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho no. 30/2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação

para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo selectivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR FRANCISCO DA COSTA SOARES, Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 1 ano, exercer em comissão de serviço o cargo de Director-Geral, de Direcção-Geral de Finanças do Estado do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho no. 31/2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR ANTONIO FREITAS, Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 1 ano, exercer em comissão de serviço o

cargo de Director-Geral, de Análise e pesquisa do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho no. 33/2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo selectivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR, SANTINA JOSÉ RODRIGUES VIEGAS CARDOSO, Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 1 ano, exercer em comissão de serviço o cargo de Directora-Geral dos serviços Corporativos do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho no. 34/2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção

e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo selectivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR ULDARICO MARIA RODRIGUES, Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 2 anos ,exercer em comissão de serviço o cargo de Director Nacional de Impostos Domésticos, da Direcção-Geral de Receitas e Alfandegas do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho no. 36/2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo selectivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR, AGOSTINHO CASTRO, Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 2 anoS, exercer em comissão de serviço

o cargo de Director Nacional de Orçamento, da Direcção-Geral de Finanças do Estado do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho no. 38 /2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo selectivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR, SARA LOBO BRITES, Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 2 anoS, exercer em comissão de serviço o cargo de Director Nacional de Tesouro, da Direcção-Geral de Finanças do Estado do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho nº. 39/2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/

2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR MANUEL MONTEIRO, Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 2 anos, exercer em comissão de serviço o cargo de Director Nacional de Aprovisionamento, da Direcção-Geral de Finanças do Estado do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho nº. 40/2009/MF

Considerando que o artigo 19º da lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e O artigo 21º do Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos da direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço .

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nominado foi escolhido em processo selectivo de mérito promovido pelo Ministra das Finanças.

Assim a Ministra das Finanças, no uso de competências previstas no artigo 29º do Decreto-lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º Decreto-lei nº 27/2008, 11 de Agosto, decide :

NOMEAR THOMAS DE FÁTIMA DA SILVA, Técnico superior do grau B, para, pelo prazo de 2 anos, exercer em comissão de serviço o cargo de Director Nacional das Autoridades Públicas Autónomas; de Direcção-Geral de Finanças do Estado do Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 18 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

DESPACHO N.º 41/GAB/MF/2009

Nomeação do Director Nacional Interino das Alfandegas

Nos termos do disposto no artigo 24º do Regime das Carreiras e dos cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 27/2008, de 11 de Agosto, nomeio o **Sr. Câncio de Jesus Oliveira**, funcionário na categoria de Técnico Superior, Grau B e Director-Geral da Direcção-Geral de Receitas e Alfandegas do Ministério das Finanças até 25 de Agosto 2009 ou até que seja recrutado o Director Nacional das Alfandegas através do processo de recrutamento baseado em mérito.

A nomeação produz efeitos a partir do dia 25 de Maio de 2009.

Publique-se

Dili, aos 22 de Maio de 2009.

Emília Pires

Ministra das Finanças

DESPACHO 42/GAB/MF/2009

Nomeação do Júri do Concurso Interno para recrutamento de Técnicos Profissionais Grau C, e para a selecção de Chefes de Departamentos para o Ministério das Finanças

Nos termos do disposto no artigo 13º do Regime de Concursos, Recrutamento. Selecção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 34/2008, de 27 de Agosto, e após consultas com o Secretariado para o Estabelecimento da Comissão da Função Pública,

1. Nomeio os seguintes, para Júri do concurso destinado ao recrutamento de técnicos profissionais grau C, e selecção de chefes de departamentos:

- a) **Sr. Engº Libório Pereira**, Director-Geral do Secretariado para o Estabelecimento da Comissão da Função Pública e Presidente do Júri;
- b) **Sr. Francisco da Costa Soares**, Director-Geral de Finanças do Estado e vogal;
- c) **Sra. Santana J.R.F Viegas Cardoso**, Directora-Geral dos Serviços Corporativos e vogal;
- d) **Sr. Câncio de Jesus Oliveira**, Director-Geral de Receitas e Alfândegas, e vogal;

- e) **Sr. António Freitas**, Director-Geral de Análise e Pesquisa e vogal;
- f) **Sra. Sylvia Bitter**, Assessora dos Recursos Humanos do Ministério das Finanças e vogal;
- g) **Sr. Uldarico Rodrigues**, Director Nacional dos Impostos Domésticos e vogal suplente;
- h) **Sr. Michael Francino**, Assesor Principal da Ministra das Finanças e vogal suplente;
- i) **Sr. Helder da Costa**, Assesor do Ministério das Finanças para a eficácia da assistência externa e vogal suplente;
- j) **Sra. Rosa Ribeiro**, Assessora do Ministério das Finanças para a área do controlo de qualidade e vogal suplente.

2. Nos casos de faltas e impedimentos do Presidente do Júri, esta deve indicar o seu substituto.

Esta nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2009

Publique-se.

Dili, aos 29 de Maio de 2009

Emilia Pires

Ministra das Finanças

Despacho n.º 040/2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR SATURNINO GOMES BRITO DE CALDAS para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Director Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, ligada a

Secretaria de Estado das Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º 041/2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, e atendendo ao disposto nos artigos 18º, 19º, 20º e 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR JOSÉ GASPARR. C. PIEDADE para, pelo período de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Director Geral da Secretaria de Estado das Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º 042/2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e

chefia depende de processo prévio de selecção por mérito. Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei nº 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR JULIANA PEREIRA DAS NEVES para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe de Departamento de Laboratório e Qualidade de Controlo na Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, ligada a Secretaria de Estado das Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho nº 043 /2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei nº 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei nº 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR NAZÁRIO DE JESUS FREITAS para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe de Departamento de Códigos e Estandarização na Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, ligada a Secretaria de Estado das Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho nº .044/2009/MINFRA

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei nº 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei nº 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR RUI ERNANI FREITAS GUTERRES para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Director Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias, ligada a Secretaria de Estado das Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho nº .045 /2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei nº 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei nº 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei nº 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR JOÃO PEDRO AMARAL para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe do Departamento de Conservação e Reparação na Direcção Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias, ligada a Secretaria de Estado de Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º 046/2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR ROSA AMARAL VONG para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Directora Nacional de Edificação, Habitação e Planeamento Urbano, ligada a Secretaria de Estado das Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º 047/2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em

regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR JOSÉ VICENTE MARTINS FONTES para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe do Departamento de Edificação na Direcção Nacional de Edificação, Habitação e Planeamento Urbano, ligada a Secretaria de Estado de Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º 048/2009/MINFRA

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR JANUÁRIO A. S. RIBEIRO para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Director Nacional de Administração e Finanças, ligada a Secretaria de

Estado das Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º 049/2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR ODETE ESPERANÇA DA C. FREITAS para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe do Departamento de Recursos Humanos na Direcção Nacional de Administração e Finanças, ligada a Secretaria de Estado de Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º 050 /2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/

2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR EVARISTO DA SILVA MARQUES para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe do Departamento de Finanças na Direcção Nacional de Administração e Finanças, ligada a Secretaria de Estado de Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º 051 /2009/MI

Considerando que o artigo 19º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR EUSÉBIO DE LIMA para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe do Departamento de Aprovisionamento na Direcção Nacional de Administração e Finanças, ligada a Secretaria de Estado de Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva

Ministro das Infra-Estruturas

Despacho n.º .052/2009/MI

Considerando que o artigo 19.º da Lei número 8/2004 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20.º do mesmo Decreto-Lei n.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que o funcionário abaixo nomeado foi aprovado em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministério das Infra-Estruturas.

Assim, o Ministro das Infra-Estruturas, no uso das competências próprias previstas no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, de 05 de Março, bem como atendendo ao disposto nos artigos 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, decide:

NOMEAR ARMANDO MARTINS para, pelo prazo de 6 meses, exercer em comissão de serviço o cargo de Chefe do Departamento de Bens, Patrimónios e Logísticas na Direcção Nacional de Administração e Finanças, ligada a Secretaria de Estado de Obras Públicas, no âmbito do MI.

Publique-se.

Dili, 05 de Janeiro de 2009.

Pedro Lay da Silva
Ministro das Infra-Estruturas

DESPACHO N.º.86/2009/IVGC/MS

Nomeação dos Membros do Conselho de Administração do Laboratório Nacional de Saúde

Considerando que o artigo 19.º da Lei n.º 8/2008 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21.º do Decreto-Lei N.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20.º do mesmo Decreto-Lei N.º.27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que os funcionarios abaixo nominados foram escolhidos em processo seletivo de mérito promovido pelo Ministro da Saúde.

Assim, o Ministro da Saúde, no uso das suas competências previstas no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º7/2007, de 5 de Setembro, conjugado com disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei N.º 1/2008, de 16 de Janeiro, e atendendo aos dispostos no artigo 8.º do Decreto-Lei N.º 39/2008, de 29 de Outubro, decide, nomeia os seguintes funcionários do Conselho de Administração do Laboratório Nacional de Saúde:

- a. **Sra. Dra. Maria Santina de J. Gomes**, Directora-Geral e Presidente do Conselho de Administração;
- b. **Sr. Vicente da Conceição Reis**, Director dos Serviços Administrativos e de Apoio;
- c. **Sra. Maria Dolores de Jesus da Costa**, Directora dos Serviços de Patologia Clínica e Microbiologia;
- d. **Sra. Julia dos Reis Magno Marques**, Directora dos Serviços de Controlo de Qualidade e Apoio aos Laboratórios do Serviço Nacional de Saúde;
- e. **Sr. Pedro Almeida da Silva**, Director dos Serviços de Toxicologia, Análise das Águas e do Ambiente.

O presente Despacho entra em vigor à partir da data da sua assinatura.

Publique-se,

Dili, 25 de Maio de 2009

Dr. Nelson Martins, MD, MHM, PhD
Ministro da Saúde

Despacho N.º 88/2009/IVGC/MS

Revisão do Depacho N.º85/2009/IVGC/MS, de 10 de Março de 2009, sobre a delegação de competências à Vice-Ministra da Saúde

O Ministro da Saúde, no uso das suas competências legais previstas no n.º3, do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, sobre a Orgânica do IV Governo Constitucional, e nos termos do artigo 33º do mesmo decreto-lei:

- 1) Delega na Vice-Ministra da Saúde, Senhora Madalena F.M.H Costa Soares, BNs, competências para:
 - a) Superintendência, mediante a devida articulação com o Director-Geral do Ministério da Saúde e respectivos Directores Nacionais, dos seguintes departamentos:
 - i) Departamento de Serviços de Encaminhamento;
 - ii) Departamento de Doenças Não-contagiosas;

- iii) Departamento de Saúde Materno-infantil;
- iv) Departamento de Nutrição;
- v) Departamento de Saúde Oral;
- vi) Departamento de Saúde Mental;
- vii) Departamento de Promoção e Educação à Saúde;
- viii) Departamento de Saúde Ambiental;
- ix) Departamento da Administração;
- x) Departamento de Logística e Gestão do Património;

b) Aprovação dos formulários de compromisso e pagamento (CPVs) relacionados a Bens e Serviços com montantes acima de US\$10.000 (dez mil dólares americanos) até US\$25.000 (vinte e cinco mil dólares americanos).

- 2) Declara que a delegação de competências previstas no nº anterior é pelo período contando a partir da entrada em vigor deste despacho até o final do ano de 2009.
- 3) Este despacho entra em vigor no dia da sua assinatura.
- 4) É revogado o Despacho Nº85/2009/IVGC/MS.

Publique-se.

Dili, 25 de Maio de 2009

DR Nelson Martins, MD, MHM, PhD
Ministro da Saúde

Despacho Nº 89/2009/IVGC/MS

Delegação de competências ao Director-Geral do Ministério da Saúde para aprovação de formulários de compromisso e pagamento (CPVs)

O Ministro da Saúde, no uso das suas competências legais previstas no nº3, do artigo 23º do Decreto-Lei nº 7/2007, de 5 de Setembro, sobre a Orgânica do IV Governo Constitucional, e nos termos do artigo 33º do mesmo decreto-lei:

- 1) Delega no Director-Geral do Ministério da Saúde a competência para aprovação final de *formulários de compromisso e pagamento (CPVs) relacionados a Bens e Serviços até o montante de US\$10.000 (dez mil dólares americanos)*.
- 2) Declara que a delegação de competências previstas no nº anterior é pelo período contando a partir da entrada em

vigor deste despacho até o final do ano de 2009.

3) Este despacho entra em vigor no dia da sua assinatura.

Publique-se.

Dili, 25 de Maio de 2009

DR Nelson Martins, MD, MHM, PhD
Ministro da Saúde

Despacho Nº 90/2009/IVGC/MS

Comissão ad hoc para a selecção de candidatos para bolsas de estudos

Considerando a iminente necessidade de formação de profissionais de saúde no âmbito do melhoramento do acesso da população aos serviços da saúde, no exercício das competências atribuídas na alínea e) do nº 2, do artigo 2º do Decreto – Lei nº 1/2008, de 16 de Janeiro, o Ministro da Saúde, determina:

- 1. A criação da “Comissão *Ad Hoc* Para A Selecção de Candidatos Para Bolsas de Estudo”, composta pelos seguintes membros:
 - a) Sr Domingos .G.da Cruz, Director Nacional de Plano e Financas, Presidente;
 - b) Sr João Olivio da Silva, Consultor Nacional de Programa, DPM, Secretário
 - c) Sr. Diamantino de Jesus, Director Nacional dos Recursos Humanos, Membro
 - d) Dr Jaime Sarmento , Especialista de Suporte de Gestão aos Distritos, Membro
 - e) Dr Antonio Gusmão, SpD, Médico, Membro
 - f) Sr Hasibul Haque, Conselheiro de Gestão do Fundo Global Programa, Membro
- 2. Compete à referida comissão, no prazo de um ano, a contar da data da entrada em vigor deste despacho:
 - a) Identificar universidades estrangeiras competentes e, com elas, explorar e negociar protocolos para o ingresso de estudantes timorenses
 - b) Seleccionar e preparar elegíveis candidatos para programas de especializacao medica em areas clinicas e nao-clinicas

3. O presente Despacho entra em vigor no dia da sua assinatura.

Publique-se.

25 de Maio de 2009

DR Nelson Martins, MD, MHM, PhD

Ministro da Saúde

DESPACHO N.º 91/2009/IVGC/MS

Nomeação do Membro do Conselho de Administração do Hospital de Referência de Maubisse

Considerando que o artigo 19.º da Lei n.º 8/2008 (Estatuto da Função Pública) e o artigo 21.º do Decreto-Lei N.º 27/2008, de 11 de Agosto (Regime das Carreiras e dos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelecem que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se em regime de comissão de serviço.

Considerando que o artigo 20.º do mesmo Decreto-Lei N.º 27/2008 determina que a nomeação para os cargos de direcção e chefia depende de processo prévio de selecção por mérito.

Considerando que os funcionarios abaixo nominados foram escolhidos em processo selectivo de mérito promovido pelo Ministro da Saúde.

Assim, o Ministro da Saúde, no uso das suas competências previstas no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 7/2007, de 5 de Setembro, conjugado com disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei N.º 1/2008, de 16 de Janeiro, e atendendo aos dispostos no artigo 8.º do Decreto-Lei N.º 1/2005, de 31 de Maio, decide:

Nomear **Dra. Gabriela da C. M. Pereira**, para o cargo de **Directora Clínica e Membro do Conselho da Administração do Hospital de Referência de Maubisse**.

O presente Despacho entra em vigor à partir da data da sua assinatura.

Publique-se,

Dili, 28 de Maio de 2009

Dr. Nelson Martins, MD, MHM, PhD

Ministro da Saúde

ORDEM DE SERVIÇO No. 07/MAEOT/2009

Considerando que o artigo 31º da Lei número 8/2004, estabelece que a transferência consiste na nomeação por conveniência do serviço do funcionário sem prévia aprovação em concurso para lugar vago no quadro de outro serviço, da mesma categoria e carreira;

Considerando a necessidade e imperiosa de serviço no Direcção Nacional do Apoio a Administração dos Sucos;

Assim, o Ministro da Administração Estatal e Ordenamento do Território, no uso das suas competências próprias no artigo 25 do Decreto-Lei 7/2007, conjugado o disposto nos artigos 19º e 31 da Lei número 8/2004 de 16 de Junho, decide :

Transferir o funcionário, **Sr. Saturnino de Fátima Lopez da Cruz**, Técnico Profissional grau D, do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território, para Direcção Nacional do Apoio a Administração dos Sucos, com o mesmo nível salarial.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2009.

Publique-se

Dili, 26 de Maio de 2009

DR. Arcângelo Leite

Ministro

ORDEM DE SERVIÇO No. 08/MAEOT/2009

Considerando que o artigo 31º da Lei número 8/2004, estabelece que a transferência consiste na nomeação por conveniência do serviço do funcionário sem prévia aprovação em concurso para lugar vago no quadro de outro serviço, da mesma categoria e carreira;

Considerando a necessidade e imperiosa de serviço no Administração do Distrito Dili;

Assim, o Ministro da Administração Estatal e Ordenamento do Território, no uso das suas competências próprias no artigo 25 do Decreto-Lei 7/2007, conjugado o disposto nos artigos 19º e 31 da Lei número 8/2004 de 16 de Junho, decide :

Transferir o funcionário, **Sr. Venancio Tavares**, Técnico Administrativo grau E, do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território, para Administração do Distrito Dili,, com o mesmo nível salarial.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2009.

Publique-se

Dili, 26 de Maio de 2009

DR. Arcângelo Leite

Ministro